

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 88/XIII/2.ª SL

Aos onze dias do mês de julho de 2017, pelas 15:10 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na Sala n.º 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação do relatório sobre a COM(2017)294 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa, destinado a apoiar a competitividade e a capacidade inovadora da indústria de defesa da EU;
Deputado: Autor do parecer Bruno Vitorino GP/PSD;
2. Distribuição de iniciativa legislativa:
Projeto de Lei 568/XIII/2.ª (PEV) - Assistência a Banhistas - Nomeação de relator (cabe ao GP/PS);
3. Informações;
4. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Miranda Calha (PS), passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos com a apresentação pelo Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) do relatório referente à [COM\(2017\)294](#) - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa, destinado a apoiar a competitividade e a capacidade inovadora da indústria de defesa da UE.

Na sua explanação, começou por contextualizar a proposta referindo que a política de defesa europeia foi identificada como prioridade política fundamental nas Orientações Políticas do Presidente Juncker, de julho de 2014. Esclareceu que o “Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa” visa melhorar a competitividade e a inovação da indústria da defesa da União Europeia, incluindo a ciberdefesa.

Referiu ainda, como antecedente, o “Plano de Ação Europeu no domínio da Defesa”, adotado em 2016, que enuncia medidas para lograr uma maior cooperação europeia e apoiar a competitividade da indústria de defesa europeia. Uma das propostas que continha era a criação

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

de um Fundo Europeu de Defesa destinado a apoiar o investimento na investigação conjunta e no desenvolvimento conjunto de equipamentos e tecnologias de defesa - constituído por duas vertentes: investigação e capacidades.

Explicou que os beneficiários serão as empresas estabelecidas na União Europeia e que o programa é instituído para o período 2019/2020. As estratégias de intervenção propostas serão implementadas através de assistência financeira concedida sob a forma de subvenções e de instrumentos financeiros ou por meio de contratos públicos, estando proposto um orçamento de 500 milhões de euros para este Programa.

Quanto à base jurídica, dado que, o projeto de regulamento propõe medidas relativas à indústria de defesa da União, fundamenta-se no artigo 173.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Concluiu afirmando terem sido respeitados os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade e propondo o acompanhamento dos desenvolvimentos futuros das medidas relacionadas com a presente iniciativa e a remissão do parecer, para os devidos efeitos, à Comissão de Assuntos Europeus.

Intervieram então os Senhores Deputados José Miguel Medeiros (PS) que concordou com o teor do relatório; João Vasconcelos (BE), que, agradecendo a elaboração do relatório, expressou a sua discordância quanto a alguns pontos, e alertou para uma ingerência da COM e uma mistura problemática entre segurança e defesa, que põe em causa o princípio da subsidiariedade. Findou propondo que os pontos fossem votados separadamente e anunciando que pretende abster se no ponto II e votar contra no III.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) afirmou que o plano de ação estava tratado, cabendo agora aos Estados-Membros entrar em ação de forma a poderem beneficiarem dos fundos. Asseverou que Portugal está preparado e que estão identificadas as áreas com relevo. Em seguida, expressou a sua discordância com o Senhor Deputado João Vasconcelos (BE), pois considera que a União Europeia nunca financiou a defesa, foram sempre os Estados-Membros ou a OTAN. Por fim, afirmou que esta é uma nova dimensão e é uma possibilidade para a indústria nacional, motivo pelo qual irá votar favoravelmente.

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

O Senhor Deputado João Soares (PS), pronunciando-se no plano pessoal, elogiou o relatório mas considerou que existia algum otimismo, motivo pelo qual se revia em algumas das críticas efetuadas pelo Senhor Deputado João Vasconcelos (BE). Fez um alerta para a importância de se saber no que investir e de se adequar às ameaças que defrontamos, ainda mais considerando a saída do Reino Unido da União Europeia. Concluiu declarando que segue a disciplina da bancada, votando favoravelmente sem nenhum problema dada a qualidade do relatório.

O Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) fez uma intervenção final para salientar que o que é objeto de votação é o relatório e que por isso não percebia a abstenção do BE quanto ao ponto II, acrescentando ainda que para levar a defesa a sério é necessário falar de inovação e cooperação.

Submetido a votação, verificando-se a ausência do GP PCP, foi o relatório aprovado com a seguinte votação:

Ponto I – aprovado por unanimidade;

Ponto II - os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e a abstenção do BE;

Ponto III- os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP e os votos contra do BE;

Ponto IV - aprovado por unanimidade.

Em seguida, o Vice-Presidente da Comissão fez uma breve referência à importância de serem dados passos nesta matéria.

Seguidamente, para elaboração de parecer, foi distribuída ao Senhor Deputado Diogo Leão (PS) o [Projeto de Lei 568/XIII/2.^a](#) (PEV) - Assistência a Banhistas.

No ponto seguinte, o Senhor Deputado João Soares (PS) declarou que a Comissão devia fazer um ponto de situação sobre o furto nos Paióis Nacionais de Tancos, continuar a acompanhar o evoluir da situação e as exonerações que dela resultaram. Declarou ainda que era necessária mais informação sobre os eventos.

Em seguida, o Senhor Deputado Costa Neves (PSD) – referiu que foram apresentados dois requerimentos: para audição do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) sobre a

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

utilização da Base Área n.º 6 pela aeronáutica civil e outro para ouvir o Ministro da Defesa Nacional sobre a reunião de ministros da defesa da União Europeia.

A Senhora Deputada Idália Serrão (PS) expressou o seu desagrado quanto ao facto de que aquando da audição do Chefe de Estado-Maior do Exército, audição efetuada à porta fechada, tivessem ocorrido, ainda no seu decurso, transcrições da mesma na comunicação social. Esta posição de desagrado foi secundada pelos Senhores Deputados Miguel Medeiros (PS), João Vasconcelos (BE) e Bruno Vitorino (PSD).

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) expressou concordância com os pedidos efetuados pelo PSD, e acrescentou que também era necessário discutir a situação no Afeganistão. Alertou ainda para o facto de que, sendo o último plenário a 19 de julho, haveria pouco tempo para se convocar a Comissão. O Senhor Deputado Miguel Medeiros (PS) sugeriu que se efetuasse uma visita à base da Força Área, a convite desta, em alternativa à audição do CEMFA. Por fim, o Senhor Deputado Marco António Costa (PSD) sugeriu que se pedisse autorização ao PAR para que a Comissão reunisse.

O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Miranda Calha (PS), informou que iriar efetuar diligências no sentido proposto. Em seguida, referiu que no âmbito de um encontro sobre cooperação técnico militar foi sugerida, por Cabo-Verde, uma iniciativa relacionada com o mar, pelo que, tomou a iniciativa de elaborar um projeto de resolução que gostaria de submeter, mas antes gostaria de saber a opinião dos Senhores Deputados sobre a concretização de uma iniciativa desta natureza no âmbito de uma Cimeira da CPLP.

Os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), José Miguel Medeiros (PS), João Soares (PS) e João Vasconcelos (BE) expressaram o seu agrado quanto à proposta e salientaram a relevância do papel desempenhado pela CPLP. O Senhor Deputado Marco António Costa (PSD), após secundá-los, afirmou que havendo neste momento uma tentação para se caricaturar e questionar a existência das Forças Armadas cabia a esta Comissão apoiá-las. Salientou em seguida o papel muito relevante que têm desempenhado, nomeadamente no combate à pirataria e no apoio e proteção aos refugiados. Concluiu afirmando que este poderia ser um momento oportuno para fazer uma afirmação dos valores das Forças Armadas num âmbito geoestratégico.

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

A reunião foi encerrada às 16 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de julho de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Marco António Costa)

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro

Ascenso Simões

Bruno Vitorino

Carlos Costa Neves

Diogo Leão

Idália Salvador Serrão

João Rebelo

João Soares

João Vasconcelos

José de Matos Correia

José Miguel Medeiros

Luís Pedro Pimentel

Marco António Costa

Miguel Coelho

Miranda Calha

Pedro Roque

Rosa Maria Bastos Albernaz

Luís Vales

Miguel Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Firmino Pereira

Jorge Machado

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Rui Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Clara Marques Mendes

Pedro Filipe Soares

Vitalino Canas